

**HABEAS CORPUS Nº 502.100 - SP (2019/0093493-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : LUCAS HENRIQUE BEPPU  
**ADVOGADO** : LUCAS HENRIQUE BEPPU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -  
SP421451  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO AMADEU ARAUJO FILHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DIEGO AMADEU ARAUJO FILHO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 7000635-10.2018.8.26.0266.

Extrai-se dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o livramento condicional, em razão do paciente ser reincidente específico.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso (fls. 51/54).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que tráfico privilegiado não é considerado hediondo e, conseqüentemente, não gera reincidência específica, sendo ilegal a revogação do livramento condicional.

Requer, assim, em liminar, a expedição de alvará de soltura para permitir que o paciente aguarde o julgamento do presente *writ* em liberdade. No mérito, busca a reforma do acórdão impugnado.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

